

análise



**LAURA VALENTE
DE MACEDO**

é diretora do Secretariado da América Latina e Caribe do Iclei – Governos Locais para Sustentabilidade – e coordenadora da campanha Cidades pela Proteção do Clima na América do Sul iclei-latam@iclei.org

Liderança local para o clima global

POR LAURA VALENTE DE MACEDO

Se os prefeitos de dezenas de cidades do mundo podem se comprometer a cumprir acordos que prevêm a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, por que os países não podem? O mote foi dado pelo ex-presidente americano Bill Clinton, em seu aclamado discurso durante a 11ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas – a chamada COP11/MOP1 –, que reuniu mais de 10 mil participantes em Montreal, Canadá, por duas semanas em dezembro de 2005.

Clinton referiu-se a um fato ocorrido durante a conferência: a mobilização ganhou força fora das negociações oficiais e outros atores sociais relevantes

assumiram a liderança no enfrentamento ao fenômeno do aquecimento global. Entre eles, organizações não governamentais, os jovens e outros grupos majoritários, o setor privado representado por grandes indústrias, os agentes financeiros e as empresas inovadoras em tecnologia de energias renováveis e as diferentes esferas de governo presentes em Montreal.

Reunidos em diversos eventos paralelos de maior ou menor escala, esses representantes da sociedade civil mundial debateram soluções e traçaram estratégias que contribuirão para mitigar e promover a adaptação das comunidades aos impactos das alterações no clima global.

Mais de 300 lideranças locais de várias partes do mundo participaram da Quarta Cúpula Mundial de Líderes Municipais sobre

Mudanças Climáticas, organizada pelo Iclei – Governos Locais para Sustentabilidade. Ao contrário dos líderes globais, que não assumiram compromissos formais ao fim de duas semanas de discussões, 190 representantes eleitos, entre prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, ratificaram uma declaração apresentada à plenária final do encontro da ONU.

Nela, as lideranças de metrópoles como Londres, Paris, Montreal, Seattle, Kyoto, Nova Délhi e Johannesburgo comprometem-se a reduzir as emissões de gases

de efeito estufa em suas comunidades em 30% até 2020 e em 80% até 2050, comparadas aos níveis de 1990. As cidades brasileiras que aprovaram a declaração

foram São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Betim. Buenos Aires e Cidade do México engrossam o time da América Latina.

Durante três dias de plenárias, representantes regionais atualizaram seus conhecimentos sobre as conseqüências do aquecimento global para as cidades e suas relações com saúde pública, economia e meio ambiente. E puderam debater com experts e representantes da indústria de energia alternativas para mitigar os impactos e se adaptar às mudanças climáticas.

Os signatários da declaração comprometeram-se a comunicar anualmente os resultados de seus esforços à conferência. No documento, os representantes municipais fazem um apelo pela solidariedade internacional entre cidades e conclamam à ação imediata pelo futuro do

**ALGUNS AVANÇOS NA
REUNIÃO DE MONTREAL
DEVEM-SE A GOVERNOS
REGIONAIS E À
SOCIEDADE CIVIL**



planeta, com vigor e determinação, por meio de escolhas melhores no uso de recursos.

Por sua vez, Clinton argumentou que, se uma municipalidade pode traçar um plano de ação, engajar os cidadãos e demonstrar os benefícios dessas ações para a economia, os governos nacionais também podem. E arrematou: “Se houver uma maneira de unir os países do mundo, talvez seja tratando essa agenda como o prefeito de uma cidade grande e dizendo: ‘É isto o que vou fazer!’” Foi ovacionado.

CORRIDA CONTRA O TEMPO

Pode-se imaginar que o discurso de Clinton trouxe novo ânimo às negociações e os delegados nacionais voltaram a se reunir noite adentro para finalmente desfazer o impasse que reinava e aprovar as decisões da conferência.

Para alguns, o resultado foi positivo na medida em que os Estados Unidos não lograram sabotar as negociações e chegou-se a um acordo para dar continuidade à implementação do Protocolo de Kyoto, regulamentado nos Acordos de Marrakesh, pelos quais os signatários concordam em iniciar as negociações para o período de compromisso pós-2012.

Os mais críticos, entretanto, apontam que a reunião de Montreal não definiu como nem quando será concluído o novo período de negociações. Os países em desenvolvimento que são grandes emissores, como China, Índia e Brasil, não aceitaram metas de redução de suas emissões de gases de efeito estufa dentro do segundo período do Protocolo, mas concordaram em dialogar sobre ações voluntárias.

Também se obteve dos EUA, responsáveis por um quarto das emissões mundiais, o compromisso de cooperar na troca de experiências e na análise de estratégias de longo prazo. Muito pouco, diante do peso dos americanos no balanço das emissões globais que afetam o equilíbrio climático. Positivo, entretanto, considerada a postura de sua atual administração quanto às

negociações no âmbito da ONU sobre o tema. O tempo dirá, se ainda houver tempo.

No apagar das luzes, pode-se concluir que algum acordo é melhor do que nenhum. Mas claro está que, sem o envolvimento de outros atores, nada será concretizado.

Assim, parte do que se considera como sucesso do encontro em Montreal pode ser atribuída à participação dos diferentes grupos representando a sociedade civil. Cada um tem seu papel e, ainda que não se avance satisfatoriamente na esfera nacional dos governos, agentes subnacionais como governos regionais e locais estão fazendo a sua parte muito bem, inclusive em países que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, como a Austrália e os EUA.

Mais importante, talvez, tenha sido o apelo comovente por ações imediatas vindo de jovens de diferentes cantos do mundo, reunidos na Conferência da Juventude. Suas reivindicações foram abraçadas pelos governos locais e, espera-se, acabarão por sensibilizar também as nações. Pois serão esses jovens a pagar amanhã a conta de nossos atos de hoje. ©



Cidades como Londres, Paris, Kyoto e São Paulo comprometeram-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 80% até 2050

